

## ATA Nº 011/2016

Aos dezenove (19) dias do mês de abril de dois mil e dezesseis (2016), às dezesseis horas e trinta minutos (16:30 hs), no Plenário Vereador Hilário Ferri da Câmara de Vereadores, Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os senhores (as) Vereadores (as) para uma Sessão Ordinária. O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Tiago Santin Fornari assumiu a direção dos trabalhos. Presentes os seguintes Vereadores: Daniel Borges de Lima, Rogemir Dorigon Civa, Fabiane Potrich Gehlen, Nelso de Bona, Jaime Talietti Borsatto, Tiago Santin Fornari, Elisabete de Mello Musselin, Fábio Júnior de Lima Pereira e Delemar Batista Panis. Havendo quórum regimental o Presidente declarou aberta a Sessão e colocou em discussão e votação as Atas de nº 009 e 010/2016, sendo aprovadas integralmente e por unanimidade. A Vereadora Elisabete fez a leitura de um trecho da Bíblia. A seguir o Presidente apresentou a seguinte pauta para a ordem do dia: - Projetos de Leis nº 027, 028, 029, 030, 031 e 032/2016; - Projetos de Leis nº 006, 007 e 008/2016 de origem Legislativa; - Projetos de Resolução nº 004 e 005/2016; - Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Terceiro Quadrimestre de 2015; e, - Requerimentos nº 003 e 004/2016. Colocada a ordem do dia em discussão e votação, aprovada por unanimidade. A seguir passou-se para a Ordem do Dia: - Projeto de Lei nº 032/2016, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar auxílio financeiro para a Associazione Italiani Di Cuore de Arvorezinha dá outras providências.” Colocado em discussão, os Vereadores destacaram a importância de apoiar e incentivar a cultura e as tradições italianas no nosso Município. Também fez uso da palavra o representante da Associação Italiana Airoto Bravo. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 032/2016, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 006/2016, de autoria dos Vereadores do PDT, que “Fixa os Subsídios dos Vereadores do Município de Arvorezinha para a Legislatura 2017/2020 e dá outras providências.” Colocado em discussão, o Vereador Rogemir disse que o projeto tem por base a reivindicação de aproximadamente um mil e seiscentas pessoas que assinaram o abaixo-assinado do Movimento Mobiliza e que não podem ser desprezadas, além de beneficiar a comunidade pois os recursos não gastos pela Câmara poderão ser investidos em outras áreas, como por exemplo, num distrito industrial para gerar emprego e renda para o Município. O Vereador Nelsinho disse que o projeto visa viabilizar e valorizar a primeira iniciativa dos eleitores do Movimento Mobiliza. Disse que atitudes dessa natureza precisam ser iniciadas no País e está começando por aqui. A Vereadora Elisabete disse que esse assunto está sendo discutido em todo o Estado e a comunidade arvorezinhense está reivindicando a redução dos subsídios dos Vereadores e como representantes do povo os Vereadores tem o dever de atender os seus anseios. A Vereadora Fabiane lembrou que o Movimento Mobiliza sugeriu que os subsídios fossem de um salário mínimo, mas buscaram um meio termo e propuseram através desse projeto o valor de um mil e seiscentos reais. O Vereador Delemar disse que todos os Vereadores tem o direito de apresentar projeto dessa natureza e esse assunto deve ser melhor analisado. O Vereador Jaime disse que acredita que esse projeto deveria ser melhor discutido entre os Vereadores e o Movimento Mobiliza, já que o projeto não atende a reivindicação do referido movimento e ainda há tempo para votar o assunto aqui na Câmara. Salientou que a sua bancada aqui na Câmara ainda não tem definido os valores e por isso solicita a bancada governista a reprovação do projeto e posteriormente irão

apresentar projeto nesse sentido. O Vereador Daniel disse que vem fazendo diversos trabalhos sociais para a comunidade, como por exemplo o Natal e a Páscoa para as crianças do Bairro Nossa Senhora das Graças. Disse que mais da metade do subsídio que recebe como Vereador utiliza para ajudar comunidades do interior e também algumas famílias e se o valor do subsídio fosse maior certamente aumentaria os auxílios para aquelas pessoas que necessitam. Disse que respeita as reivindicações do Movimento Mobiliza, mas é a favor de aumentar o valor dos subsídios. Destacou que não viu nenhum Vereador devolver o subsídio que recebeu. O Vereador Fabinho destacou seu trabalho como Vereador e os recursos para o Município que conseguiu junto a Deputados. Disse que cada um sabe o valor que vale o seu trabalho e a população é quem vai julgar o trabalho dos Vereadores. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 006/2016, em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos contra o parecer e a favor do projeto foram dos Vereadores do PDT. - Projeto de Lei nº 007/2016, de autoria dos Vereadores do PDT, que “Altera o artigo 24 da Lei 1255, de 19 de março de 1999 e dá outras providências.” Colocado em discussão, a Vereadora Fabiane salientou que os valores para os dois cargos, a partir de 2017, passam a ser iguais aos valores pagos pelo Poder Executivo. O Vereador Jaime disse que os cargos são importantes e o trabalho desenvolvido gerou reconhecimento em nível Estadual pelo TCE. O Vereador Rogemir lembrou que o cargo de Assessor Legislativo foi criado com o compromisso de logo extinguir o mesmo, mas está sendo ocupado até agora e o projeto atende a reivindicação da comunidade. A Vereadora Elisabete disse que todos os projetos apresentados pela sua bancada atendem as reivindicações da comunidade e do Mobiliza. O Vereador Daniel salientou que esses projetos só foram apresentados porque sabiam que os Vereadores de situação votariam contra os mesmos e lamentou que ainda existe muita politicagem no meio político. Disse que não viu nenhum Vereador reclamar, devolver ou doar o salário que recebe. O Vereador Fabinho disse que mais uma vez está acontecendo uma politicagem em Arvorezinha, mas o povo está vendo. Disse que os servidores da Câmara são capacitados e por isso que a Câmara está muito bem, tendo inclusive recebido duas vezes do TCE o prêmio Transparência na Internet. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 007/2016, em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos contra o parecer e a favor do projeto foram dos Vereadores do PDT. - Projeto de Lei nº 008/2016, de autoria dos Vereadores do PDT, que “Extingue o Cargo de Assessor Legislativo da Câmara de Vereadores de Arvorezinha – RS”. Colocado em discussão, o Vereador Rogemir disse que a bancada do PDT propõe que a partir de 2017 o cargo seja extinto. O Vereador Jaime disse que se a Câmara não fosse bem assessorada não teria recebido os prêmios do TCE e é preciso ter servidores com conhecimento para realizar um bom trabalho e auxiliar os Vereadores. O Vereador Delemar lembrou que foi quando era Presidente que contratou o servidor Noé, devido a sua experiência e competência e por isso a Câmara recebeu por duas vezes o prêmio do TCE. Também destacou o trabalho desempenhado pelos demais servidores da Casa. A Vereadora Fabiane lembrou que a nomenclatura do cargo de Assessor Legislativo foi trocado porque não condizia com o trabalho do servidor e o cargo foi criado apenas para beneficiar o servidor Noé. Com relação ao cargo de Assessora de

Imprensa, disse que a servidora faz muito bem seu trabalho e se fizesse apenas o trabalho da Câmara teria tempo de fazer o trabalho de mais um servidor da Câmara e não necessitaria o cargo de Assessor Legislativo. Salientou que este projeto é mais uma proposta do Movimento Mobiliza. O Vereador Fabinho disse que a Câmara de Vereadores de Arvorezinha é um exemplo para as demais Câmaras graças ao trabalho dos assessores. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 008/2016, em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos contra o parecer e a favor do projeto foram dos Vereadores do PDT. - Projeto de Resolução nº 004/2016, de autoria dos Vereadores do PDT, que “Modifica disposições do Regimento Interno da Câmara de Vereadores e dá outras providências”. Colocado em discussão, o Vereador Rogemir salientou que a alteração do horário de início das Sessões Ordinárias para às dezenove horas vai beneficiar principalmente os trabalhadores que assim poderão acompanhar o trabalho dos Vereadores. O Vereador Jaime disse que esse mandato já está terminando e é melhor deixar para que os futuros Vereadores decidam qual o melhor horário. Lembrou que o horário das 16:30 horas é o mesmo da Legislatura anterior. A Vereadora Fabiane disse que as Câmaras de Vereadores de toda a região fazem as sessões à noite, dando oportunidade para a comunidade participar das Sessões. O Vereador Fabinho salientou que quando as pessoas tem interesse participam das Sessões, independente do horário. O Vereador Delemar disse que geralmente as pessoas participam das sessões apenas quando são votados projetos do seu interesse. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Resolução nº 004/2016, em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos contra o parecer e a favor do projeto foram dos Vereadores do PDT. - Projeto de Resolução nº 005/2016, de autoria dos Vereadores do PDT, que “Estabelece a forma de pagamento de ressarcimento de despesas aos Vereadores e servidores dá outras providências.” A Vereadora Fabiane apresentou a Emenda Modificativa nº 001, dando a seguinte redação ao caput do artigo 4º: “Art. 4º - Para o ressarcimento das despesas com alimentação e estadia para qualquer cidade do Brasil os limites a serem indenizados deverão obedecer os seguintes valores:” Colocado em discussão, a Vereadora Fabiane salientou que o projeto visa extinguir o recebimento de diárias pelos Vereadores e servidores da Câmara e prevê apenas os ressarcimentos dos valores gastos por ocasião de deslocamentos a outros municípios, com valores limitados e também similares ao que recebem os servidores do Executivo Municipal. Os Vereadores Jaime e Fabinho salientaram que o projeto não é claro e dependendo da forma como é interpretado pode tornar os valores mais altos dos que são recebidos atualmente. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu pareceres contrários a Emenda Modificativa e ao projeto. Colocado os Pareceres em votação, aprovados por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocada a Emenda Modificativa nº 001 e o Projeto de Resolução nº 005/2016, em votação, reprovados por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo que os votos contra os pareceres e a favor da Emenda e do Projeto foram dos Vereadores do PDT. - Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao Terceiro Quadrimestre de 2015. Colocado em discussão, a prestação de contas foi amplamente debatida pelos Vereadores e pelo Secretário Municipal de Saúde Volnei Jost. O Vereador Jaime fez Proposição para prorrogar a Sessão por mais uma hora, sendo aprovada

por unanimidade. - Projeto de Lei nº 027/2016, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a renovar contrato de caráter temporário nas funções que especifica e dá outras providências.” Colocado em discussão, os Vereadores Jaime e Delemar destacaram que é necessário renovar os contratos para o bom andamento dos trabalhos da administração municipal. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 027/2016, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 028/2016, que “Altera o Art. 2º, da Lei 2692/2016 e dá outras providências”, e, - Projeto de Lei nº 029/2016, que “Autoriza a Abertura de Crédito Especial e dá outras providências.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu pareceres favoráveis aos projetos. Colocados os Pareceres e os Projetos de Leis nº 028 e 029/2016, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 030/2016, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar bens patrimoniais que especifica.” Colocado em discussão, o Vereador Jaime informou que serão vendidos alguns terrenos com o objetivo de adquirir uma área de terras para implantar o Distrito Industrial. O Vereador Delemar disse que os imóveis não estão sendo utilizados pelo Município, além de máquinas e equipamentos que não são mais utilizados pela administração municipal. O Vereador Rogemir lembrou que a Câmara de Vereadores fez economia de mais de um milhão de reais e não viu onde o Executivo aplicou o dinheiro, que poderia ser utilizado na aquisição da área de terras para a implantação do Distrito Industrial. Lembrou que os terrenos que serão leiloados foram doados para criar praças ou áreas verdes e gostaria de ter mais tempo para analisar o projeto e consultar essas pessoas que doaram os terrenos. Disse que fica em dúvida com relação ao projeto, já que estão sendo vendidos patrimônios do Município e não se tem nenhuma garantia de que será adquirida uma área de terras para o Distrito Industrial, nem definida uma localização para tal. A Vereadora Fabiane solicitou informação se já existe uma área prevista para ser adquirida. O Vereador Delemar informou que possivelmente será em Pinhal Queimado ou na Linha Quarta. A Vereadora Fabiane disse que poderiam ser feitas praças nesses terrenos, assim como ser instalada uma academia ao ar livre e somente é a favor do projeto porque será adquirida uma área de terras para o Distrito Industrial. O Vereador Jaime lembrou que esta administração já adquiriu terrenos na sua gestão. Disse que sugeriu ao Prefeito que a área de terras seja adquirida em Pinhal Queimado, já que existem várias indústrias. O Vereador Rogemir disse que como não existe nada definido e não tem uma garantia de que será adquirida uma área de terras para o distrito industrial, irá se abster de votar. O Vereador Delemar disse que também é contra vender o patrimônio, mas às vezes é necessário para fazer um investimento melhor, como é neste caso. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 030/2016, em votação, aprovados por sete (07) votos e uma abstenção do Vereador Rogemir. A Vereadora Fabiane justificou seu voto favorável pelo fato de que foi dito aqui que será adquirido o distrito industrial. - Projeto de Lei nº 031/2016, que “Estabelece normas para realização de frete para transporte de calcário.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 031/2016, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Requerimento nº 003/2016, de autoria do Vereador Jaime, que solicita ao Prefeito Municipal seja realizado um estudo com o objetivo criar e organizar os bairros de nossa cidade. Colocado em discussão, o Vereador Jaime disse que é importante

organizar e identificar melhor os bairros da nossa cidade. A Vereadora Fabiane destacou já existe alguma coisa nesse sentido no setor de engenharia da Prefeitura. Colocado o Requerimento nº 003/2016 em votação, aprovado por sete (07) votos contra um (01), sendo este da Vereadora Fabiane. - Requerimento nº 004/2016, de autoria dos Vereadores do PP e PSDB, que solicita ao Prefeito Municipal seja fornecido a esta Casa Legislativa, dentro dos prazos vigentes previstos no artigo 127 da Lei Orgânica Municipal e 37 da Constituição Federal, informações a cerca de quantos e quem são os inadimplentes dessa Municipalidade. Colocado em discussão, o Vereador Jaime disse que além de ter conhecimento sobre a dívida do nosso Município, também é importante saber quanto o município tem a receber de contribuintes inadimplentes. O Vereador Rogemir disse que quem lê o requerimento pensa que a dívida do Município foi deixada apenas pela administração passada, o que não é verdade. Lembrou que se existe inadimplência o Município deve tomar as medidas necessárias para cobrar. O Vereador Nelsinho disse que o Vereador Jaime é o líder do governo e não precisava fazer o requerimento, até porque ele disse na última Sessão que requerimentos não valem nada. A Vereadora Fabiane disse que é contra o requerimento porque o Vereador Jaime é o líder de governo e tem livre acesso a administração municipal. A Vereadora Elisabete lembrou que desde que essa administração assumiu usa como desculpa a dívida deixada pela administração anterior para justificar algo que não fez. Colocado o Requerimento nº 004/2016 em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04), sendo os votos contrários dos Vereadores do PDT. Nada mais havendo para ser registrado, às vinte horas e vinte minutos (20:20 hs) o Presidente declarou encerrada a Sessão Ordinária. Lavrei a presente Ata, que após discutida e colocada em votação, será devidamente assinada.